

OS DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
THE CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF ACTING IN INCLUSIVE EDUCATION
LOS DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS DE ACTUAR EN EDUCACIÓN INCLUSIVA

Gleide Lene de Souza Galvão¹
Alexandra Moreno Pinho²

RESUMO: A educação inclusiva é um tema complexo, sendo necessário que as escolas se adaptem conforme a necessidade de cada aluno inserido no contexto educacional. O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios da atuação na educação inclusiva, especificamente, conceituar as políticas públicas e o espaço escolar e discutir sobre as estratégias e possibilidades do desenvolvimento do aluno com deficiência, promovendo a sociabilidade através de jogos e brincadeiras. Através de uma pesquisa bibliográfica sobre o referido tema, foram emergidas questões relevantes que merecem ser repensadas e avaliadas.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Desafios. Perspectivas.

ABSTRACT: Inclusive education is a complex topic, requiring schools to adapt according to the needs of each student inserted in the educational context. This article aims to analyze the challenges of working in inclusive education, specifically, conceptualize public policies and the school space and discuss the strategies and possibilities for the development of students with disabilities, promoting sociability through games and games. Through a bibliographical research on the aforementioned topic, relevant questions emerged that deserve to be rethought and evaluated.

2261

Keywords: Education. Inclusion. Challenges. Perspectives.

RESUMEN: La educación inclusiva es un tema complejo que requiere que las escuelas se adapten según las necesidades de cada estudiante inserto en el contexto educativo. Este artículo tiene como objetivo analizar los desafíos de trabajar en educación inclusiva, específicamente, conceptualizar las políticas públicas y el espacio escolar y discutir las estrategias y posibilidades para el desarrollo de estudiantes con discapacidad, promoviendo la sociabilidad a través de juegos y juegos. A través de una investigación bibliográfica sobre el tema mencionado surgieron interrogantes relevantes que merecen ser repensados y evaluados.

Palabras clave: Educación. Inclusión. Desafíos. Perspectivas.

¹Licenciada em Pedagogia (UNEB), pós graduada em Metodologia da Língua Portuguesa (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Candeias), professora do Ensino Fundamental II da Prefeitura Municipal de Ponto Novo/BA.

²Doutora em Educação (Universidade de Barcelona), Mestre em Terapia Corporal e Psicomotricidade Universidade de Barcelona, Licenciada em Pedagogia (UCSAL), professora e orientadora da COLLEGE EDUCALER.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é direito de todas as pessoas com deficiência, independente de classe social, devendo incluir a todos com necessidades especiais, seja qual for a sua deficiência, sem distinções. Mas, infelizmente, a realidade na atual conjuntura não condiz com o que a legislação preconiza.

A maioria das escolas não estão aptas para oferecer um ensino de qualidade aos educandos que apresentam necessidades especiais, por falta de recursos e pela falta de profissionais capacitados para intervir com esse público.

A Educação inclusiva é um tema bastante complexo, e vem se transformando em novos desafios e estratégias que são apresentados no cotidiano, havendo a necessidade na mudança de paradigmas, atitudes e processos de trabalho na atual formação dos professores, disponíveis a trabalhar com o direito ao acesso das pessoas com deficiência a educação de qualidade.

É necessário que a escola busque inovar a sua didática, suas estratégias e suas ações em prol da inclusão, aprimorando um novo olhar para as questões do cotidiano. Destaca-se que os alunos são detentores do direito e do acesso a todas as políticas públicas, de qualidade, que efetivem os benefícios estabelecidos por lei.

O presente artigo teve como objetivo analisar os desafios da atuação na educação inclusiva, especificamente, conceituar as políticas públicas e o espaço escolar, discutir estratégias e possibilidades do desenvolvimento do aluno com deficiência para promover a sociabilidade através de jogos e brincadeiras e, com isso, garantir o seu pleno direito a uma educação de qualidade.

MÉTODOS

Para o desenvolvimento de um trabalho científico utilizam-se procedimentos metodológicos, que orientam a pesquisa para alcance dos objetivos almejados.

Andrade (2005, p. 119) afirma que a metodologia consiste no “conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos”.

Segundo Cervo e Bervian (1996, p. 48):

A pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das Ciências Humanas. Como resumo de assunto, constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica (CERVO, BERVIAN 1996, p. 48)

O presente estudo é de caráter qualitativo, haja vista a realização de uma pesquisa sobre as diversas visões e estudos já publicados sobre o assunto a partir do referencial teórico existente, sendo esta explicativa por identificar as razões de determinados contextos da realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Políticas Públicas são direitos de todos os cidadãos e se constituem como um conjunto de estratégias e ações do governo, que visam a melhoria na qualidade de vida das famílias.

Políticas Públicas são instrumentos essenciais dos governos para lutar pela conquista, exercício e manutenção do poder político e também como estratégia para a intervenção social no sentido de correção das falhas de mercado. É “(...) a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (MATIAS-PEREIRA 2010, p 05).

Segundo Matias-Pereira (2010) as políticas públicas se apresentam como conjunto de medidas, disposições e procedimentos que refletem as intenções políticas do governo vigente, regulando atividades no que dizem respeito às tarefas de interesse público.

Souza (2006) destaca que as teorias aplicadas às políticas públicas buscam explicitar as inter-relações entre Estado, política e sociedade.

Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL 1988), as políticas públicas foram efetivadas, garantindo o direito a saúde, a educação, a assistência social e entre outros aspectos. Ampliou-se os direitos humanos e as questões sociais passaram a ser consideradas como responsabilidade pública, assegurando o acesso a todos, assim como, determina a legislação. Destaca-se o objetivo primordial de atender as demandas dos indivíduos e das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, desprovidos de renda, que sofrem com a insegurança alimentar e com o acesso precário a educação e as demais políticas públicas.

Apesar do desenvolvimento social ocasionado pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL 1988), ainda há inúmeras lacunas que persistem, de forma significativa, que contribuem para as desigualdades sociais e ao precário acesso as políticas públicas.

As políticas sociais na perspectiva evolutiva dos direitos de cidadania para manter e consolidar a situação de justiça social, ainda que em uma sociedade haja justa distribuição de renda, assegure condições de igualdade e garanta os direitos básicos, haverá sempre cidadãos, famílias ou comunidades fragilizados que irão depender de apoio maior do Estado (ANANIAS 2007, p 63).

As discussões acerca do papel do estado, tanto na economia como na vida política das pessoas, só começaram na década de 1980, com a participação ativa da sociedade civil que reivindicava os seus direitos.

Na atual conjuntura brasileira torna-se necessária que sejam implementadas Políticas Públicas, mais efetivas, destinadas ao aperfeiçoamento da Educação, tanto no que tange a parte estrutural das escolas, quanto a qualidade do ensino oferecido.

O espaço escolar precisa estar adequado as necessidades dos alunos, com uma estrutura física acessível aos alunos com deficiência e com profissionais capacitados que ofertem uma metodologia eficaz para o aprendizado do aluno.

A preocupação com a estrutura das escolas e o papel delas na aprendizagem é aderente ao novo momento da educação, no qual as instituições começam a entender que a forma de se adquirir conhecimento está mudando, e com isso passam a testar novos modelos de ensino e a introduzir inovações tecnológicas em sala de aula e nos próprios processos da escola (BALARDIM, 2019, p. 1)

Apesar da legislação exigir aspectos referentes a acessibilidade, na prática as estruturas públicas são inacessíveis. Nas escolas públicas, em sua maioria, não possuem rampas, máquinas de datilografia Braille, computadores com softwares de acessibilidade, calculadoras sonoras, intérpretes de LIBRAS³ e, muito menos, legendas em filmes ou vídeos didáticos destinados a serem utilizados na sala de aula. Estes aspectos impedem a inclusão efetiva e real das pessoas com deficiência.

A acessibilidade nas escolas é de fundamental importância, visto que começa desde o primeiro contato com o espaço escolar, é quando um aluno cadeirante chega na escola e se depara com a ausência de rampas, a partir daí já começa o desânimo em continuar o processo formativo educacional.

2264

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL 1988), houve um importante incentivo para a valorização da educação pública brasileira, com o discurso de garantia do direito a todos e dever do estado.

A educação inclusiva proporcionou às pessoas com necessidades especiais o ensino regular, com acessibilidade, inclusão em todas as atividades e ações ofertadas pelas escolas.

Segundo a Lei de diretrizes e bases da educação nacional Lei nº 9.394/1996 /LDB (BRASIL 1996), no capítulo V, define-se educação especial e assegura o atendimento aos educandos, estabelecendo critérios de caracterização das instituições especializadas na atuação inclusiva para fins de apoio técnico e financeiro pelo Estado.

Ainda há muito o que se avançar na Educação Inclusiva, visto que apesar das inúmeras iniciativas e todo aparato da legislação, ainda persistem o preconceito, a falta de acessibilidade nos espaços públicos, a precarização das escolas públicas, o despreparo que vai desde a gestão

³ Língua Brasileira de Sinais

escolar até os profissionais que nela atuam. Faz-se necessário, cada vez mais, a capacitação e formação continuada de todos os que atuam na escola e que visem o aprimoramento de uma oferta da melhor qualidade e de serviços prestados a essa população.

Para mudar o perfil da escola atual para inclusiva, não basta apenas leis e metodologias de ensino, é necessário conscientizar e respeitar as diferenças, e mudar os padrões que estão inseridos a bastante tempo na rede de ensino. Educação é o direito de todos sem distinção, é preciso partir do princípio que todos nós somos diferentes e temos nossa individualidade. Trazer discussões sobre a inclusão com a família e toda a comunidade escolar seria outra alternativa para melhorar a inclusão, é importante conhecer as necessidades desses alunos e assim traçar uma meta de ensino que seja bom para todos (MANTOAN 2003, p 64).

Um dos desafios presentes no contexto da Educação Inclusiva é a falta de uma metodologia mais dinâmica dos profissionais, que incentivem os alunos a frequentarem assiduamente as aulas, evitando um elevado índice de defasagem e desistência. Há, também, a falta de recursos para o desenvolvimento de um trabalho mais atrativo, desde o ensino infantil até as universidades.

A criança é um ser complexo, com suas próprias características, com uma forma específica de observar o mundo de modo muito singular, que fornece perspectivas para transformar o mundo – perspectivas que devem ser entendidas dentro do seu estágio de vida. Neste sentido, a escola não complementa ou molda a criança, mas sim, proporciona condições para que se desenvolva plenamente. É um conceito variável e que se estabelece nas dimensões psicológica, social e afetiva (ROUSSEU 1995, p 57).

A falta de atividades lúdicas nas escolas é um aspecto que se faz presente na atuação de um número significativo dos profissionais de educação, seja por falta de flexibilidade no cronograma diário ou ausência de recursos e materiais adequados. A BNCC (2018), de uma maneira geral, destaca a importância destas atividades no espaço escolar, porém na realidade as propostas de atividades lúdicas e criativas são escassas.

O sistema educacional crescimento e desenvolvimento, estimulando as interações sociais e as aprendizagens. Os profissionais devem buscar estratégias em seus planos de aula, como por exemplo intervir nas aulas com metodologias lúdicas, através do brincar, de jogos, que facilitem o entendimento e a compreensão dos conteúdos didáticos por parte de todos.

Pode-se afirmar que o brincar; “é de fundamental importância para a aprendizagem da criança por que é através dela que a criança aprende, gradualmente desenvolve conceitos de relacionamento casuais ou sociais, o poder de discriminar, de fazer julgamentos, de analisar e sintetizar, de imaginar e formular e inventar ou recriar suas próprias brincadeiras, ou ainda simplificada nas seguintes palavras de Ferreiro (1988), Brincar “é divertir-se e entreter-se infinitamente em jogos de criança” Lúdico - “que tem caráter de jogos, de aprender brinquedo e divertimento; é uma necessidade básica da personalidade, do corpo e da mente, faz parte das atividades essenciais da dinâmica humana” (FERREIRO, 1988, p.139).

O brincar favorece o aprendizado da criança, pois é brincando que o ser humano se torna apto a viver em um repleto de regras e culturalmente simbólico. É o mais completo dos processos educativos, pois influencia o intelecto, o emocional e o corpo da criança.

Brincar faz parte do mundo infantil e oportunizar a criança o seu desenvolvimento e a sua busca por integração do ser e completude. Através do brincar a criança expressa o seu saber, seus conhecimentos e suas expectativas do mundo. A atividade lúdica, e suas múltiplas possibilidades, pode e deve ser utilizada como recurso de aprendizagem e desenvolvimento.

Segundo Cerisara,

[...] Quando a criança brinca, ela cria uma situação imaginária, sendo esta uma característica definidora do brinquedo em geral. Nesta situação imaginária, ao assumir um papel a criança inicialmente imita o comportamento do adulto tal como ele observa em seu contexto (CERISARA, 2008, p.130).

Na maioria das escolas, as crianças com necessidades especiais não são inseridas nas atividades propostas pelos professores juntamente com toda a turma, havendo a exclusão dos mesmos por não participarem das brincadeiras, desta forma, permanecem como observadores ou são encaminhadas para outros ambientes da escola.

Difícilmente são desenvolvidas atividades para a inclusão desses alunos. Nas aulas inclusivas, é necessário que haja a participação e convívio de todos os estudantes durante as atividades, com o intuito de desenvolver o conhecimento da cultura corporal e não de aptidões físicas e habilidade motoras .

Segundo Luckesi (1998) o brincar, necessita ser uma forma de liberdade para o indivíduo, sendo uma ação voluntária, quando esta é imposta de forma arbitrária deixa de ser brincadeira, jogo, ou um faz de conta e torna-se obrigação. É na brincadeira que uns aprendem como os outros pensam e atuam, rapidamente ocorre uma troca de ideias e o respeito mútuo.

As crianças enquanto aprendem brincando e, também, ensinam algo de suas vivências, resultando na interação do aprender e do ensinar.

Para Vigotsky:

O brincar é fonte de desenvolvimento e de aprendizagem, constituindo uma atividade que impulsiona o desenvolvimento, pois a criança se comporta de forma mais avançada do que na vida cotidiana, exercendo papéis e desenvolvendo ações que mobilizam novos conhecimentos, habilidades e processos de desenvolvimento e de aprendizagem (VIGOTSKY, 1998, p. 81).

Cunha (1994) afirma que, o brincar é uma característica primordial na vida das crianças, porque é prazeroso e promove felicidade no determinado momento da brincadeira. Com isso o

ser humano passa a estar mais predisposto a ser bondoso, a escutar o outro e a respeitar o próximo.

Segundo Oliveira (2000), o brincar não significa apenas divertir-se aleatoriamente, caracterizando-se como uma das formas mais complexa de desenvolvimento cognitivo, emocional, físico e cultural da criança ao comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, tal processo dá-se por meio de trocas experimentais mútuas, estabelecidas durante toda sua vida. Assim, através do brincar, a criança desenvolve capacidades e habilidades: atenção, memória, imitação, imaginação. Além de estimular aspectos relacionados com a formação da personalidade do ser humano: afetividade, motricidade, inteligência emocional e cognitiva, sociabilidade e criatividade.

Corsino (2009, p.79), destaca:

À medida que as crianças crescem, ampliam suas formas de brincar, interessando-se e compreendendo cada vez mais os jogos com regras, que lhes abrem outras janelas para a experiência lúdica, as interações sociais e a construção de novos conhecimentos.

As vivências em grupos se iniciam na educação infantil, onde as crianças convivem com outras crianças, cada uma com suas particularidades, crenças, formações familiares distintas. A ludicidade facilita a comunicação e a socialização, fortalecendo os vínculos criados desde a infância.

2267

Segundo Santos a ludicidade é:

[...] uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento (SANTOS, 2002, p.12).

As atividades lúdicas favorecem de forma significativa o desenvolvimento da pessoa com deficiência, visto que estimula o seu aprendizado em todos os aspectos, sendo necessária que seja inserida nas escolas essa metodologia, desde o ensino infantil.

O lúdico como atividade prazerosa, pode ser compreendido pela própria ação de troca de experiências conjuntas em busca de seu desenvolvimento e dos que estão ao seu redor.

As atividades lúdicas não se restringem ao jogo e à brincadeira, mas incluem atividades que possibilitam momentos de alegria, entrega e integração dos envolvidos. [...] Possibilita a quem as vivencia, momentos de encontro consigo e com o outro, momentos de fantasia e de realidade, de ressignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro, de cuidar de si e olhar para o outro, momentos de vida, de expressividade (PEREIRA, 2002, p. 90, 92).

Silva e Salgado (2005) afirmam que devem ser implantadas culturas de inclusão a partir de três princípios: o entendimento do que é cultura de inclusão; o fato de que a inclusão não se

restringe aqueles com necessidades especiais; e que o professor necessita ter uma perspectiva humanista, buscando compreender como ocorrem as relações sociais no ambiente escolar e como cada aluno se sente durante este processo.

Para a inclusão é necessário fazer com que todos os alunos entendam as dificuldades do colega como necessidades especiais, diante da flexibilização das regras e do uso de equipamentos.

Existem escolas da rede pública que contam com salas de recursos multifuncionais e AEE (atendimento educacional especializado), oferecem recursos e um maior apoio ao professor. Este apoio especializado promove segurança no desenvolvimento do trabalho educacional.

Segundo o Referencial Curricular Nacional (RCN) da Educação Infantil:

Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos (BRASIL, 1998, p. 27).

Ofertar a inclusão para o aluno com necessidades especiais, o qual é detentor de direito a educação regular e as demais políticas públicas, é um incentivo importante para desenvolver a criatividade, melhorar as relações sociais e criar um ambiente participativo em que as aulas realmente são para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

2268

A Educação Inclusiva é um tema bastante amplo, visto a sua complexidade e os inúmeros problemas que são enfrentados diariamente nas escolas, principalmente na rede pública, onde há escassez de recursos suficientes para a oferta dos serviços.

Ferreira (2018) relata que para a educação inclusiva acontecer de forma real, a escola precisa ter apoio. Assim como, entender qual o seu papel no processo educacional da sociedade brasileira, além de buscar aplicar os pilares da educação que lhe darão subsídio para desenvolver um processo que seja eficaz. O autor define a educação inclusiva como sendo:

Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor (FERREIRA, p. 4, 2018).

Torna-se necessária a efetivação de mais políticas públicas, que visem a evolução do sistema educacional para pessoas com deficiência e que busquem mais estratégias, implantado um Projeto Político Pedagógico bem estruturado, professores preparados e um trabalho de sensibilização e conscientização dos alunos desprovidos de necessidades especiais, para que estes possam contribuir no aperfeiçoamento de uma verdadeira Educação Inclusiva, garantindo os direitos da população e um ensino de qualidade.

Para que a Educação Inclusiva seja consolidada no Brasil, faz-se necessário estruturas adequadas, acessibilidade e profissionais capacitados a intervirem em todas as questões presentes no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 174 p. ISBN 8522441243.
- ANANIAS, P. O SUAS e o caminho da intersectorialidade da políticas. **CNAS VI Conferência Nacional de Assistência Social**. Caderno de Textos, Brasília, MDS/CNAS. 2007, p.63-67.
- BALARDIM, G. **Arquitetura escolar: estruturas que ensinam, motivam e inspiram**. Clip Escola, 2019. Disponível em: <https://www.clipescola.com/arquitetura-escolar/>. Acesso em: 02 de junho de 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Casa Civil.1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br> . Acesso em 4 de junho de 2024
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.. Brasília: MEC/SEF, 1998, vols. 1, 2 e 3.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a base. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> . Acesso em 4 de junho de 2024
- CERISARA, Ana Beatriz. De como o Papai do Céu, o Coelhoinho da Páscoa, os Anjos e o Papai Noel foram viver juntos no céu! In KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O Brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2008. p. 123-138.
- CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CORSINO, Patrícia. **Educação Infantil: cotidiano e políticas**. Campinas, Autores Associados, 2009.
- CUNHA, Nyelse Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. São Paulo: Maltese, 1994.
- FERREIRA, F. **Educação Inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer**. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com> Acesso em 4 de junho de 2024.
- FERREIRO, E. **Alfabetização em processos**. São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1988.
- LUCKESI, C. Desenvolvimento dos estados de consciência e ludicidade. In: **Interfaces da Educação, Cadernos de Pesquisa – Núcleo de Filosofia e História da Educação**, Programa de pós – graduação em Educação, UFBA, v. 2, n. 1, 1998, (p. 09 – 25).

MANTOAN, M.T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por que? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública contemporânea**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Vera Barros de (Org.). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PEREIRA, Lucia Helena P. Ludicidade: algumas reflexões. In: PORTO, Bernadete de Souza (Org.). **Ludicidade: o que é mesmo isso?** Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Gepel, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **O lúdico na formação do educador**. 5 ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

SILVA, K. R. X.; SALGADO, S. S. Construindo culturas de inclusão nas aulas de educação física numa perspectiva humanista. **Arquivos em Movimento**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-53, jan./jun. 2005.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 20 de abril de 2024.

2270

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.